

# Comissão abre caminho para a primeira punição

Antes mesmo da divulgação de seu relatório final, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento já abriu caminho para a primeira punição contra um parlamentar. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), enviou à Mesa da Câmara relatório sobre o empréstimo de 4,5 milhões de dólares que o deputado Flávio Derzi (PP-MS) fez no Banco do Brasil e não pagou. O relatório será entregue à Procuradoria Parlamentar da Câmara, que decidirá se abre ou não processo de cassação do mandato de Derzi, por atentando ao decoro parlamentar.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) está na mesma situação do colega Derzi. Ele tomou 4,9 milhões de dólares emprestados à Caixa Econômica Federal de Alagoas e não pagou a



**Flávio Derzi: na Procuradoria**

dívida. De acordo com relatório interno da própria Caixa, é a maior inadimplência da história da instituição, no Estado de Alagoas. Fiúza, apesar de não ter pago o empréstimo, por enquanto está livre da abertura de processo na Câmara. É que o relatório sobre ele ainda não chegou às mãos de Passarinho. O documento interno da Caixa conclui que o empréstimo a Fiúza foi irregular e chega a suge-

rir o enquadramento do ex-presidente da Caixa, Álvaro Mendonça em crime do colarinho branco, mais o confisco de seus bens.

O artigo 54 da Constituição proíbe que parlamentares utilizem seus cargos para conseguir empréstimos privilegiados em instituições oficiais de crédito. Tanto o dinheiro conseguido por Derzi quanto o de Fiúza, têm juros subsidiados. Esta falta, considerada grave, é punida como atentado ao decoro parlamentar, o que pode resultar na pena de cassação do mandato.

O senador Jarbas Passarinho manifestou ontem esperança de que os plenários do Senado e da Câmara cassem os parlamentares envolvidos em irregularidades no Orçamento Geral da União. Segundo ele, o espírito de corpo, tão comum nestas horas, não poderá prevalecer, pois a sociedade se recusará a aceitar que parlamentares notoriamente envolvidos no escândalo do Orçamento possam sair livres. "A Câmara e o Senado têm de mostrar maturidade suficiente para as cassações, pois a sociedade saberá reagir se prevalecer o corporativismo", disse.